

### **Identificação da Proposta:**

**DIAGNÓSTICO SOBRE AS REPERCUSSÕES DO PAA E PNAE SOBRE OS SISTEMAS AGRÁRIOS FAMILIARES NO RS: estudos sobre as relações entre a agricultura familiar, políticas públicas e o desenvolvimento rural na escala local**

### **Qualificação do principal problema a ser abordado:**

O segmento da agricultura familiar caracteriza-se por apresentar uma grande diversidade de combinações, tanto no que se refere à disponibilidade quanto ao uso e distribuição dos recursos – **terra, trabalho e capital** - no interior das unidades produtivas. Essa diferenciação pode ser observada em diversas escalas, mundial, nacional, regional e local. A agricultura familiar, dessa forma, torna-se foco de estudos, principalmente aqueles relacionados às estratégias adotadas por este segmento para se organizar e reorganizar diante das especificidades do modo de produção capitalista. No entanto, embora estando o agricultor vinculado à indústria e/ou aos mercados, particularmente aos chamados mercados institucionais, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), as dimensões **terra, trabalho e família** conformam a lógica de funcionamento das unidades produtivas familiares. Woortmann (1997, p. 23) explica que: “Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família.” E é a partir dessas premissas que se concretiza o modo de vida camponês.

Segundo Wanderley (2009), o agricultor familiar é portador de uma tradição e possui capacidade de resistência aos novos contextos econômicos e sociais, mesmo estando inserido nestes. Fica claro, portanto, que a perspectiva adotada neste projeto converge para o pensamento da autora de que o desenvolvimento de novas dinâmicas produtivas na agricultura e no rural brasileiro não significa a implantação de uma forma social de produção homogeneizada (de caráter empresarial). Ao contrário, a diversidade da agricultura familiar permanece ocupando um lugar importante no cenário contemporâneo, ou seja, o agricultor familiar é um ator social que apresenta “rupturas e continuidades” em relação ao seu passado, mas que continua ativo no presente e participando na construção do futuro dos territórios rurais.

Entende-se, sobretudo, que o reconhecimento das especificidades da agricultura familiar em distintos contextos regionais e locais permite o entendimento das “novas” – a

diversidade de atividades nas unidades de produção familiar não constitui um fato histórico novo, mas a valorização de tais atividades é que define o “novo” – dinâmicas presentes no rural e de como políticas públicas de caráter generalizante podem produzir resultados distintos sobre a organização espacial dos sistemas agrários.

Assim, justifica-se o intuito de aprofundar o conhecimento acerca dos sistemas agrários familiares, *vis-à-vis* a diversidade de formas e de processos de inserção no sistema de mercado institucional, ou ainda, na manutenção de estratégias não capitalistas de reprodução social e permanência no contexto produtivo do rural, com vistas a fornecer subsídios empíricos para estudos comparativos sobre o tema da agricultura familiar.

Não obstante a importância histórica desse segmento, seu reconhecimento por parte das políticas públicas para agricultura no Brasil é extremamente recente, ocorrendo de forma efetiva apenas na década de 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Esse atraso histórico na atenção estatal para com a agricultura familiar explica-se em razão do fato de que as políticas públicas são tributárias de um modelo de desenvolvimento e, enquanto esse modelo privilegia exclusivamente a manutenção de um “estado de coisas” assimétrico, as políticas públicas podem apenas atuar como instrumentos para a manutenção, e não transformação, da realidade.

Sem desconsiderar essa ressalva, é preciso reconhecer que a formulação do PRONAF na década de 1990 representou um grande avanço, o qual foi complementado nos anos 2000, com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e com as mudanças realizadas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ambos os programas direcionam-se para as compras públicas de alimentos provenientes da agricultura familiar e, em razão de mecanismos específicos de cada um deles, incentivam a **diversificação produtiva, a ampliação do autoconsumo, a multifuncionalidade da agricultura<sup>1</sup> e a produção agroecológica<sup>2</sup>**; além de garantirem mercados consumidores para os produtos da agricultura

---

<sup>1</sup> Carneiro e Maluf (2003) analisam as funções da agricultura familiar centradas, principalmente, em quatro dimensões básicas da multifuncionalidade, a saber: a reprodução socioeconômica das famílias, a partir da composição e das fontes geradoras de renda; as condições de permanência no campo e as práticas de sociabilidade; a promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais, abrangendo a produção para o autoconsumo e para a comercialização; a manutenção do tecido sociocultural, se referindo as condições de vida e da reprodução das culturas locais; e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

<sup>2</sup> Estas quatro dimensões conformam as categorias de análise adotadas para o estudo das repercussões do PAA e PNAE na escala local e compõem o escopo do Diagnóstico dos Sistemas Agrários (DSA), melhor detalhado no item sobre a metodologia a ser empregada na pesquisa.

familiar e atuarem em favor da segurança alimentar de alunos de escolas públicas e populações em situação de vulnerabilidade social.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído em 2003, com o intuito de assegurar o provimento de alimentos em quantidade, qualidade e constância adequadas para as necessidades de grupos em condição de insegurança alimentar e nutricional, proporcionando, destarte, a inclusão social nos espaços rurais dessas populações, além de estimular o fortalecimento da agricultura. O escopo do programa caracteriza-se por uma vasta amplitude, abarcando medidas voltadas para a produção, comercialização e para o consumo. O PAA surge, inicialmente, como um subsidiário do Programa Fome Zero e passa a ganhar maior dimensão por sua proposta inovadora de promover de forma articulada o desenvolvimento da agricultura familiar e a redução da situação de vulnerabilidade social em que se encontram muitos contingentes populacionais (BECKER; SACCO DOS ANJOS, 2010).

Operacionalmente, o PAA estrutura-se em diferentes modalidades voltadas, sobretudo, para a compra pública de produtos da agricultura familiar (tanto *in natura* quanto processados) a preços garantidos, contemplando preferencialmente os agricultores menos capitalizados. Os alimentos adquiridos aprovencionam abrigos, hospitais, creches, entidades filantrópicas, restaurantes populares e são doados para populações em situação de insegurança alimentar, cadastradas em programas de assistência estatal ou beneficente, podendo ainda ser utilizados para a formação de estoques públicos. Cabe destacar que, como indicado, muitos dos avanços alcançados pelo PAA decorrem de mecanismos específicos do programa, que exigem ou recompensam financeiramente determinadas práticas ou formas de organização coletiva.

A experiência positiva do PAA transcendeu os limites do programa, incentivando uma mudança significativa para a inserção da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Conforme Belik e Chaim (2009), o PNAE originou-se em 1954, tendo por objetivo diminuir a insuficiência nutricional de estudantes de baixa renda. Precipuaente o programa apresentava caráter pontual, porém, ao longo dos anos, foi expandindo a amplitude de sua ação para todo o território nacional, até se tornar direito asseverado a todos os estudantes com a Constituição de 1988. Mais um passo importante é dado em 1994, com a descentralização do programa mediante o estabelecimento de convênios entre União, estados e municípios para o repasse de verba federal, desde que cumprido o requisito de formação de Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) nos estados e

municípios. Como salientam Belik e Chaim (2009), esse processo descortinou uma via importante para a comercialização dos produtos da agricultura familiar:

A administração da alimentação escolar de forma descentralizada permitiu racionalizar a logística e os custos de distribuição dos produtos, além de viabilizar o oferecimento de uma alimentação escolar condizente com os hábitos da população nas diferentes localidades do País. As compras institucionais descentralizadas também abriram a possibilidade de inserção da pequena empresa, do comércio local, do pequeno produtor agrícola e da pecuária local nesse mercado institucional. E a criação dos CAE por sua vez possibilitou aos membros da comunidade escolar uma maior proximidade em relação à gestão do PNAE (BELIK; CHAIM, 2009, p. 597).

Contudo, o fator definitivo para o estreitamento das relações entre PNAE e agricultura familiar veio em 2009, com a medida provisória que estabelece a imposição legal de que pelo menos 30% dos recursos liberados pelo governo federal, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sejam despendidos pelos estados e municípios na aquisição de alimentos advindos da agricultura familiar. Ademais, escusam-se os alimentos da agricultura familiar da obrigatoriedade de passarem por processo licitatório, eliminando a burocracia desses procedimentos que limitavam o acesso dos agricultores familiares ao programa (TRICHES, 2010).

Nesta pesquisa particulariza-se a investigação sobre o papel do PAA e PNAE em razão do entendimento de que estes programas, ao compatibilizarem demandas dos sistemas agrários familiares e de demais segmentos da sociedade, canalizam recursos públicos antes escoados para grupos, cuja lógica e dinâmica não são necessariamente compatíveis com uma visão de desenvolvimento territorial e multidimensional. Visão na qual o rural passa por uma renovação de princípios norteadores, tanto do ponto de vista conceitual quanto do das políticas públicas (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Assim, se verifica uma busca por um chamado *desenvolvimento do rural* e não um desenvolvimento agrícola (modernização da agricultura). Com isso, o enfoque territorial passou a ser um instrumento fundamental das políticas públicas, retirando a proeminência das questões setoriais nas discussões sobre o desenvolvimento.

Dessa forma, demonstra-se que o desenvolvimento territorial rural não postula apenas a realização de novos investimentos na agricultura familiar, mas também o reconhecimento de que as demandas desse sistema são, em grande parte, conciliáveis com as demandas da sociedade, de forma geral.

Para entender a organização agricultura familiar, nesses termos, é necessário considerar que as estratégias adotadas pelos produtores familiares são fruto dos estímulos

advindos das políticas públicas e da atuação de mediadores (cooperativas, associações, órgãos de assistência técnica e extensão rural, entre outros) combinados com práticas sociais, culturais, técnicas e produtivas que conformam as “heranças agrárias” desses agricultores (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Sendo assim, pode-se dizer que, mesmo com a difusão do processo de modernização da agricultura, persiste um patrimônio cultural camponês, identificável por meio dos conhecimentos sobre a gestão dos agroecossistemas e da sociabilidade camponesa, entendido, a partir de uma abordagem geográfica, como constituindo as “territorialidades”<sup>3</sup> da agricultura familiar. Nesse sentido, a questão cultural valoriza o conhecimento empírico acumulado ao longo do tempo na construção dos territórios. E este saber camponês passa a ser valorizado na medida em que a sociabilidade camponesa torna-se, também, agente de transformação dos padrões de produção/consumo na escala local e regional. Sabe-se que a agricultura familiar é capaz de produzir uma diversidade de organizações espaciais, baseadas nas formas de ocupação do território, produzindo, conseqüentemente, uma diferenciação nos sistemas agrários.

O sistema agrário corresponde a um conjunto de conhecimentos metodicamente elaborados como resultado da observação, delimitação e análise da diversidade socioespacial e dos diferentes tipos específicos de agricultores e agriculturas. Para que se possa compreender o que é um sistema agrário, no entanto, é necessário distinguir a agricultura tal como ela se apresenta na realidade, ou seja, um objeto de observação e de análise. (SILVA NETO; BASSO, 2005)

Nessa perspectiva, Queiroga (2012) complementa afirmando que,

O sistema agrário pode ser definido como o modo de organização adotado por uma sociedade rural para explorar seu espaço e gerar seus recursos. Esse modo de exploração do meio resulta das interações entre restrições e potencialidades do meio físico, as características socioeconômicas da comunidade e das tecnologias adquiridas pela sociedade rural, ao mesmo tempo em que estas interações sofrem influências de fatores externos ao meio. (QUEIROGA, 2012, p. 54).

Associado a essa concepção, a teoria dos sistemas agrários permite compreender, dentro de grandes linhas, a diversidade geográfica da agricultura em uma determinada época. O sistema agrário apresenta-se, com isso, como um instrumento intelectual que permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e perceber as transformações

---

<sup>3</sup> Segundo Haesbaert (2008), a territorialidade diz respeito às relações econômicas e culturais presentes nos territórios. Nas palavras de Sack (apud HAESBAERT, 2008, p. 21), a construção de territorialidades está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.”

históricas e a diferenciação geográfica das diferentes formas de agricultura (MAZOYER; ROUDART, 2010).

A Teoria dos Sistemas Agrários pode ser empregada com fins exclusivamente acadêmicos ou com intuito de constituir um corpo coeso de conhecimentos capaz de embasar a formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural (SILVA NETO; BASSO, 2005). Assim, os processos socioculturais e suas inter-relações com as características dos ecossistemas estão presentes na configuração de estratégias capazes de assegurar a reprodução social e territorial dos agricultores, transformando-os em sujeitos ativos no desenvolvimento rural. E, reconhecer o potencial multifuncional da agricultura familiar é fundamental para planejar e implementar o desenvolvimento rural, quer pela ação individual ou associativa, quer como objeto de políticas públicas.

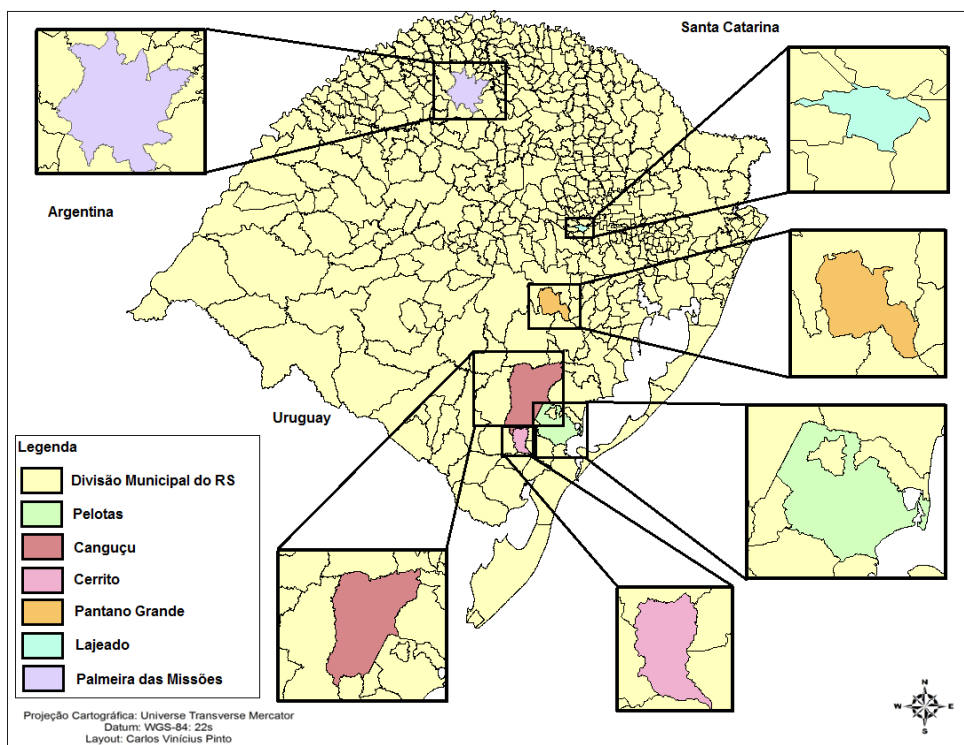
Assim, entende-se que as políticas públicas são vias de promoção do desenvolvimento rural, mas são, também, reflexos de um modelo de desenvolvimento que se materializa conforme o direcionamento e escopo da orientação ideológica adotada na sua concepção. Por essa razão, entende-se que a análise das políticas públicas, voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar – como é o caso do PAA e PNAE –, no que se refere ao fomento do desenvolvimento rural, apresenta incontestável importância, pois permite o enriquecimento teórico da produção em Geografia Agrária e também uma indispensável avaliação crítica sobre as estratégias de desenvolvimento adotadas pelo Estado para o rural brasileiro. Para tanto, propõe-se investigar as organizações espaciais da agricultura familiar – os sistemas agrários – no estado do Rio Grande do Sul, tomando como recorte territorial alguns municípios<sup>4</sup> do estado (conforme mapa 1) localizados em diferentes Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES<sup>5</sup> (FEE, 2010).<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> A escolha dos municípios a serem pesquisados refere-se ao recorte territorial adotado por estudos anteriores sobre a agricultura familiar, desenvolvidos pelos integrantes da equipe de pesquisa.

<sup>5</sup> Criados a partir de iniciativa articulada do governo do Estado do RS com as respectivas regiões, a partir dos anos 1990, os Coredes são definidos como espaço plural e aberto de construção de parcerias sociais e econômicas, em nível regional, através da articulação política dos interesses locais e setoriais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento para as regiões. (BÜTTENBENDER; SIEDENBERG; ALLEBRANDT, 2011)

Figura 1 – Mapa dos municípios a serem pesquisados



Fonte: IBGE, adaptado por Carlos Vinicius da Silva Pinto, 2015.

### **Objetivos e metas a serem alcançados:**

#### **OBJETIVO GERAL:**

- Elaborar estudos-diagnósticos sobre as repercussões do PAA e PNAE na organização dos sistemas agrários familiares de municípios localizados em diferentes Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES/RS.

#### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Aprofundar o estudo sobre os temas da agricultura familiar, sistemas agrários, políticas públicas e desenvolvimento rural;
- Caracterizar as diferentes organizações espaciais das unidades familiares, mediante a análise de elementos de caráter social, cultural, técnico, produtivo e ambiental que conformam os sistemas agrários locais;
- Entender as relações entre a adesão ao PAA e PNAE e a diversificação produtiva, o autoconsumo e a produção agroecológica nos sistemas agrários familiares;
- Identificar os limites e possibilidades da atuação do PAA e PNAE sobre o caráter multifuncional da agricultura familiar;

---

<sup>6</sup> Centro-Sul, Sul, Vale do Rio Pardo, Vale do Taquari e Rio da Várzea.

- Compreender as repercussões do PAA e PNAE sobre o desenvolvimento rural nos municípios pesquisados;
- Propor alternativas para o fortalecimento da agricultura familiar baseadas nos princípios do desenvolvimento rural em uma perspectiva territorial.

#### **METAS:**

- Disponibilizar estudos-diagnósticos sobre a realidade local e regional, com vistas ao planejamento e desenvolvimento rural territorial;
- Produzir material didático-pedagógico, a partir do relatório de pesquisa, a ser disponibilizado para mediadores (cooperativas, associações de agricultores familiares, EMATER/RS) e agricultores dos municípios pesquisados e, também, para os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES;
- Estabelecer parcerias com órgãos públicos e organizações de agricultores familiares para o desenvolvimento de projetos de extensão junto às comunidades rurais pesquisadas.

#### **Metodologia a ser empregada:**

O desenvolvimento deste projeto de pesquisa vincula-se à temática proposta pelo **grupo de pesquisa – ESTUDOS AGRÁRIOS E AMBIENTAIS – registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq**. E, dessa forma, pretende contribuir para a produção do conhecimento científico acerca da organização do espaço rural, a partir de uma abordagem teórico-metodológica sistêmica e integrada, tomando como categoria de análise a agricultura familiar.

Como enfatiza Bertalanffy (1975), a proposta da abordagem sistêmica, em essência, é uma ampliação do campo de visão delimitado pelo método analítico. Sob muitos aspectos, esse método conferiu a determinados grupos (preferencialmente homens, brancos e europeus) um *status* diferenciado, adjudicando autoritariamente a eles o direcionamento sobre os rumos do conhecimento científico. A proposta da abordagem sistêmica é a de que a orientação da ciência deve se dar a partir das demandas emanadas de toda a sociedade (e não de parte dela), tendo muito presente o reconhecimento de que qualquer concepção teórica (inclusive a sistêmica) comporta falhas e limitações, sua validade devendo sempre ser condicionada à observância da realidade.



A Geografia, entendida como uma ciência de síntese, tem na abordagem sistêmica um arcabouço teórico-metodológico para a compreensão dos processos naturais e humanos de forma integrada, ou seja, o espaço geográfico é analisado tanto a partir do ambiente físico quanto das intervenções antrópicas, em diferentes escalas (CHRISTOFOLETTI, 1979).

A utilização do método sistêmico permite que o pesquisador defina os elementos e variáveis a serem estudadas de acordo com os objetivos pretendidos na análise. A ideia norteadora parte da consideração das inter-relações dos elementos, as quais influem direta ou indiretamente na organização do sistema. Fundamentalmente, os sistemas podem ser definidos como um grupo de componentes independentes que operam unidos para um fim comum e que é capaz de reagir como um todo frente a estímulos externos; cabe ressaltar que todo o sistema pode ser visto como um subsistema, ou seja, uma parte de um todo mais abrangente. Entretanto, as partes, fora do contexto, são apenas “átomos” isolados. Razão pela qual entende-se que o todo é maior que a soma das partes, pois a organização do sistema confere ao agregado características não só diversas, mas, também, muitas vezes, não encontradas nos componentes isolados.

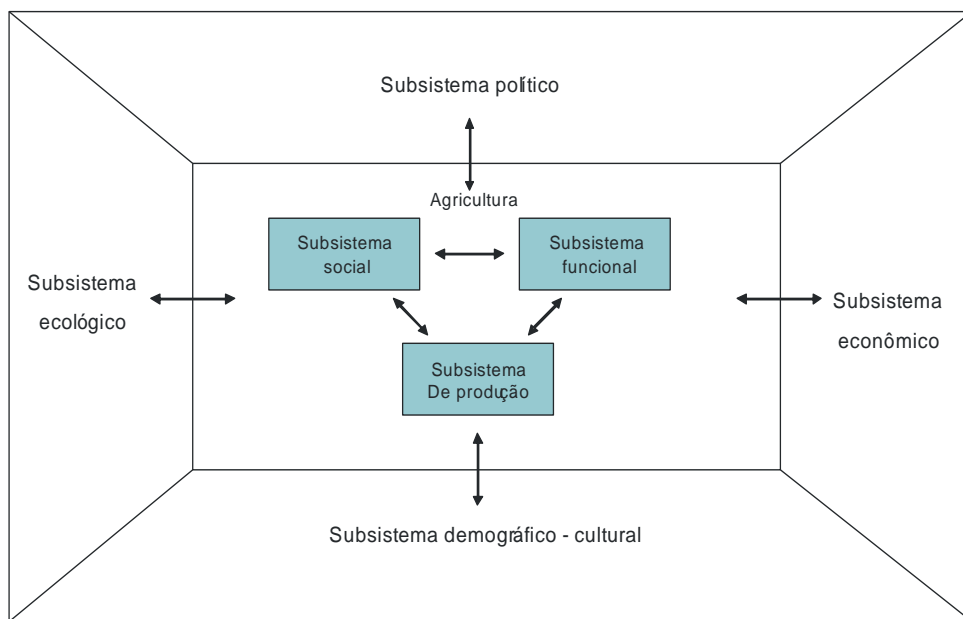
A abordagem sistêmica, esboçada na perspectiva de Bertalanffy (1975), é apropriada pela Geografia Agrária, conforme Miguel, Mazoyer e Roudart (2009), a partir da segunda metade do século XX, no momento de reconfiguração global decorrente do final da Segunda Guerra Mundial. Segundo os autores, a emergência do conceito de sistemas agrários é uma tentativa de representar teoricamente a agricultura como o produto das relações territorialmente entabuladas em um momento histórico específico, considerando as relações estabelecidas no interior desse território, bem como a forma como a população se relaciona com o exterior. Nesse sentido, Queiroga (2006) adverte que é preciso distinguir a representação teórica permitida pelo estudo do sistema agrário de um dado território da agricultura efetivamente praticada pelos habitantes desse território, considerando-se que, enquanto o último se constitui em um objeto concreto, o primeiro trata-se apenas de uma reprodução abstrata utilizada para fins de reflexão teórica.

No Brasil, José Felizola Diniz (1984) é um dos geógrafos agrários que adotou o método sistêmico nos seus estudos, pensando a agricultura na forma de sistemas (internos e externos) para diagnosticar a realidade agrária e entender as dinâmicas presentes no espaço rural, através de tipologias sobre o Sistema da Agricultura (Figura 2).

Entretanto, pensar o que é agricultura é pensar a respeito do seu funcionamento e, somado a isso, pensar nos campos interdisciplinares da ciência, não só no campo geográfico.

Isso pressupõe ao geógrafo agrário contar com uma grande quantidade de informações, capazes de descrever a complexidade dos fenômenos. Segundo Diniz (1984, p. 33) “A ciência geográfica tem muito a contribuir com os estudos da agricultura. Há muito tempo a geografia vem estudando a agricultura e hoje a análise continua, com técnicas capazes de ajudar a responder às nossas exigências e complexas questões.”

Figura 2 – Sistema da agricultura: subsistemas internos e externos



Fonte: DINIZ, 1984, p. 58.

Cabe explicar que a representação do sistema da agricultura, proposto por Diniz (1984), é composto por uma divisão de três subsistemas internos da agricultura, onde o subsistema social permite a caracterização do produtor, o subsistema funcional engloba os elementos técnicos e o último, o subsistema de produção, trata de caracterizar o *output* do sistema da agricultura.

Em torno disso, estão quatro subsistemas externos: o econômico (o desenvolvimento dos mercados e a busca da especialização conduzem as zonas rurais a uma dependência cada vez maior dos centros urbanos, dos transportes, da infraestrutura industrial e do capital), o ecológico (relatividade e rigor das condições naturais, a distribuição do tempo de trabalho aplicado na elaboração de uma produção agrícola subordina-se a ciclos biológicos e climáticos, e as condições naturais impõem limites geográficos às diversas categorias de produção agrícola), o demográfico-cultural (englobam as tradições e os padrões de cultura das populações agrícolas, e indicadores demográficos puramente – taxa de masculinidade,

composição etária, potencial migratório) e o político (este tipo de atuação procura disciplinar e corrigir as distorções de certos setores – política de controle e proteção dessa atividade), que fornecem as condições em que se desenvolvem os tipos de agricultura. Este conjunto de subsistemas permite o estabelecimento de relações entre os elementos da organização socio-tecno-produtiva existentes nos sistemas agrários (DINIZ, 1984).

A partir de uma aproximação teórico-metodológica entre a proposta de Diniz (1984) e a teoria dos sistemas agrários (MAZOYER; ROUDART, 2010; QUEIROGA, 2012; SILVA NETO; BASSO, 2005;), esta pesquisa propõe a elaboração de Diagnósticos dos Sistemas Agrários (DSA), a serem aplicados nos estudos sobre agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento rural.

Diante disso, o diagnóstico sobre as realidades agrárias é uma ferramenta que auxilia na coleta de informações, sistematização e análise dos resultados de pesquisas de campo e de pesquisas documentais a ser elaboradas pelos integrantes do grupo de pesquisa envolvidos na proposta. Este diagnóstico deve dar conta da complexidade e caracterizar a realidade agrária local. Dufumier (2007) completa explicando que:

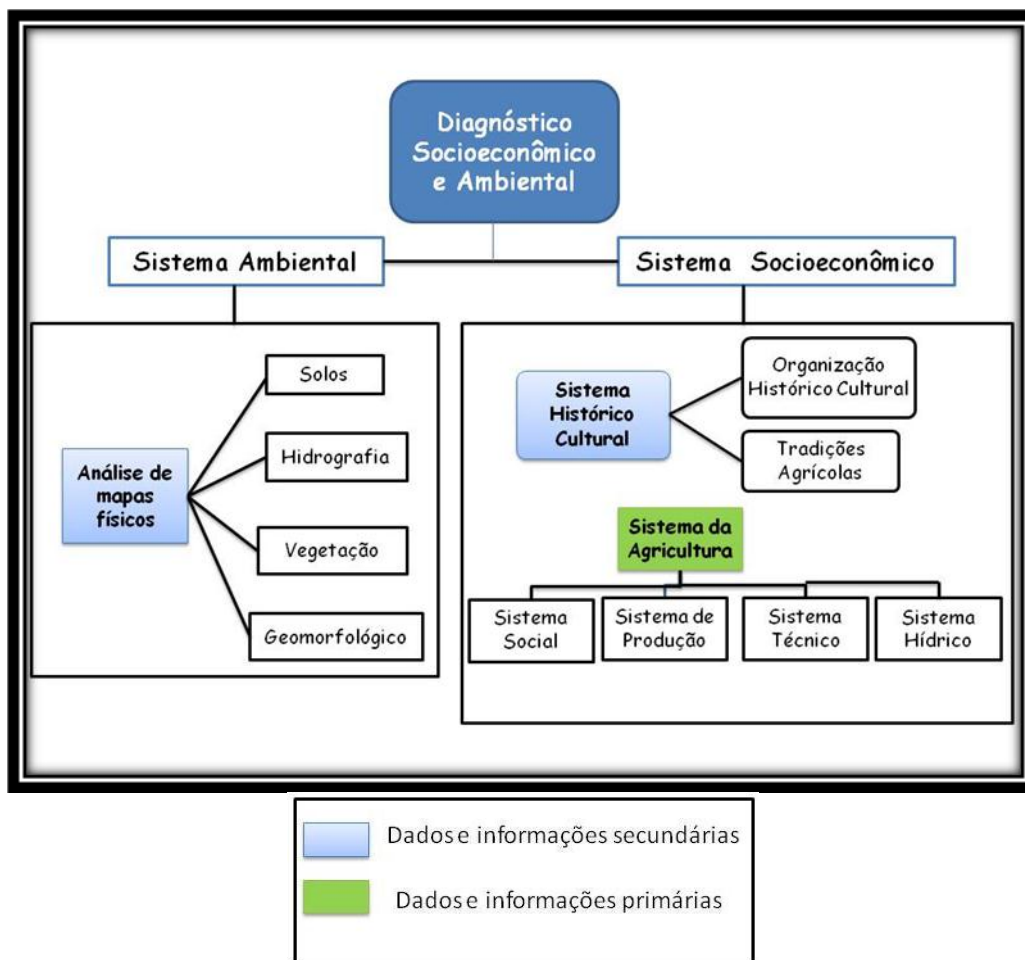
A análise-diagnóstico das realidades agrárias tem por objetivo principal identificar e classificar hierarquicamente os elementos de toda natureza (agroecológicos, técnicos, socioeconômicos...) que mais condicionam a evolução dos sistemas de produção e compreender como eles interferem concretamente nas transformações da agricultura (DUFUMIER, 2007, p. 58).

A utilização de diagnóstico sobre a diversidade da agricultura familiar permite compreender o contexto local nas suas dimensões ambiental, econômico e social e identificar as características dos grupos sociais e do meio natural no qual está inserido. Concretamente, um diagnóstico deve permitir: a) fazer um levantamento das características socioeconômicas e ambientais da área a ser pesquisada; b) identificar e caracterizar os principais sistemas de produção adotados pelos agricultores, as suas práticas sociais, técnicas e econômicas e os seus principais problemas; c) identificar e explicar os principais elementos – ecológicos, sociais, técnicos, culturais, econômicos, políticos, que combinados representam a realidade do recorte territorial em questão e, d) sugerir políticas, programas e projetos de desenvolvimento. Além disso, o diagnóstico deve ser rápido e operacional, ter rigor científico, não apenas descrevendo a realidade, mas, sobretudo, explicando-a.

A figura 3 apresenta a proposta metodológica que orienta a apreensão da realidade na presente pesquisa com base em uma visão integrada dos elementos que permeiam a exploração agrícola, como a análise de mapas físicos e de elementos humanos, a partir de

dados e informações primárias e secundárias. Assim, trata-se de elaborar uma caracterização dos sistemas agrários presentes na agricultura familiar, partindo da combinação dos elementos do sistema ambiental (análise de mapas físicos) e do sistema socioeconômico ((sistema da agricultura e sistema histórico-cultural).

Figura 3 – Proposta Metodológica para elaboração de Diagnóstico de Sistemas Agrários (DSA)<sup>7</sup>



Fonte: Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais, 2015.

No sistema ambiental será realizada a sistematização e análise através de mapas físicos, onde é possível identificar as limitações e potencialidades das diversas formas e práticas de utilização do solo, a disponibilidade hídrica, as características da vegetação original e atual e os aspectos relacionados ao relevo, que, em conjunto, fazem parte da composição dos sistemas agrários. Aliada à caracterização do sistema ambiental, no sistema

<sup>7</sup> Uma primeira proposta de DSA está publicada em FERNANDES, Sibeli; SALAMONI, Giancarla. Proposta metodológica para análise de sistemas agrários aplicada na elaboração de diagnósticos socioambientais. In: SIMPÓSIO NACIONAL O RURAL E O URBANO, 2011, 3., Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2011. p.1-15

socioeconômico prioriza-se o sistema da agricultura, incluindo o sistema hídrico, ou seja, a utilização da água nas propriedades rurais, quanto ao uso doméstico e uso agrícola, para assim caracterizar os limites e potencialidades deste recurso (riqueza) natural no espaço rural pesquisado.

Nesta pesquisa, pretende-se realizar entrevistas individuais, em profundidade, como técnica de coleta de dados em razão de entender-se que esse tipo de entrevista possui maior operacionalidade e também permite ao entrevistado uma atmosfera mais confortável para que se expresse sem preocupação com eventuais censuras ou constrangimentos sobre suas concepções pessoais. As vantagens da entrevista em profundidade são pormenorizadas por Gaskell (2002), quando o autor enfatiza que:

[...] problemas de seleção podem ser evitados através de entrevistas individuais, onde a entrevista pode ser agendada para um tempo e lugar conveniente para o entrevistado. Em segundo lugar, não é exequível dirigir a atenção para uma pessoa particular em uma discussão de grupo, do mesmo modo como se consegue em uma entrevista individual. Com um entrevistado apenas, podemos conseguir detalhes muito mais ricos a respeito de experiências pessoais, decisões e sequência das ações, com perguntas indagadoras dirigidas a motivação, em um contexto de informação detalhada sobre circunstâncias particulares da pessoa. O que o entrevistado diz, e a maneira como a entrevista se desenvolve, pode estar relacionado a outras características relevantes do indivíduo de um modo tal que não é possível dentro da discussão e subsequente análise de um grupo focal (GASKELL, 2002, p. 78).

Serão entrevistados sujeitos compreendidos como “elementos-chave”<sup>8</sup> para a pesquisa, originários de três grupos: **agricultores familiares** beneficiários dos programas PAA e PNAE e afiliados a cooperativas de agricultores familiares nos municípios a serem pesquisados; **mediadores** (técnicos da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS), técnicos de cooperativas e associações e das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Rural, que gerenciam a implementação e a operacionalidade das políticas públicas para agricultura familiar nos municípios; e **entidades executoras**, representantes das Secretaria Municipal de Educação e das Coordenadorias Regionais de Educação da Secretaria Estadual de Educação, entre outros. Como se trata de amostragem não probabilística, não há uma definição prévia do número de entrevistas a serem realizadas.

---

<sup>8</sup> Os sujeitos entrevistados são referidos como “informantes qualificados”. O emprego de tal termo remete a um entendimento consonante com o de Venturi (2011), quando o autor enfatiza que o adjetivo qualificado é aplicado aos entrevistados em um estudo exclusivamente com base no critério de adequação de suas possíveis contribuições aos objetivos da pesquisa. Não há, portanto, qualquer intencionalidade de hierarquizar os integrantes do grupo do qual serão originários os entrevistados com base em arbítrio pessoal.

O roteiro das entrevistas com os agricultores familiares será organizado segundo a proposta do DSA e seguirá o formato de entrevistas semiestruturadas<sup>9</sup>. Trata-se, assim, de elaborar uma caracterização dos sistemas agrários familiares, resultado da combinação do sistema socioeconômico e do sistema ambiental, tendo como resultado a identificação das territorialidades da agricultura familiar, em uma determinada escala geográfica.

Já o roteiro das entrevistas com os mediadores e entidades executoras será elaborado por pautas, pois permite a demarcação de pontos importantes a serem postos para a apreciação do entrevistado e garante que este mantenha observância à temática da entrevista, ao mesmo tempo em que busca limitar a intervenção do pesquisador apenas à garantia do cumprimento desses princípios, prezando pelo protagonismo do informante.

Cabe usar as palavras de Gil (1987) para esclarecer a exata proposta dessa técnica:

A entrevista por pautas apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que se refere às pautas assinaladas. Quando este se afasta delas, o entrevistador intervém, embora de maneira suficientemente sutil, para preservar a espontaneidade do processo (GIL, 1987, p. 117).

A utilização de um roteiro dirigido por essa orientação será importante para manter a atenção focada nos objetivos fixados para a pesquisa, mas também para descortinar possibilidades não vislumbradas inicialmente acerca das repercussões de PAA e PNAE sobre os sistemas agrários locais.

Para a interpretação mais detida das informações primárias, também será empregada a análise de conteúdo (BARDIN, 1977), de modo a atender os objetivos definidos para o estudo, buscando debater o sentido que os principais indicadores identificados sugerem, de que forma essas tendências se manifestam na realidade da agricultura familiar do município e como a situação observada foi construída estrutural e conjunturalmente. Nesse processo, os dados empíricos serão entremeados com a fundamentação teórica elaborada, buscando-se a construção de uma tessitura textual capaz de articular o panorama das políticas públicas para a agricultura familiar do município com a orientação que essas políticas têm tomado no cenário nacional e com as possibilidades de desenvolvimento territorial rural tangíveis para o sistema agrário familiar.

---

<sup>9</sup> As entrevistas semiestruturadas são dirigidas por um roteiro que comporta perguntas elaboradas antecipadamente, mas não se restringe a estas, o pesquisador dispõe de liberdade para formular novos questionamentos caso lhe pareça oportuno.

Operacionalmente, a análise de conteúdo compreende um conjunto de técnicas que, partindo de pressupostos comuns, acabam por favorecer diferentes aspectos presentes nas comunicações. Este trabalho retém seu escopo à análise categorial, a qual, conforme Bardin (1977), constitui-se na mais ancestral técnica de análise de conteúdo e também na mais aplicada. Trata-se de um processo de desagregação do texto em unidades menores, classificadas conforme categorias que mantêm um critério associativo interno. Tal procedimento objetiva a recomposição do texto de modo a explicitar significados, antes apenas latentes, permitindo uma compreensão em maior profundidade de conteúdos não expressos de forma patente (SILVA; GOBBI; SIMÃO, 2005).

A análise de conteúdo abrange três etapas: pré-análise, exploração do material e análise dos resultados. Apesar de constituírem-se em etapas sucessivas, marcadas por procedimentos particulares, é necessário lembrar, como indica Godoy (1995), que não existe uma receita invariável a ser seguida quando se opta pelo emprego da análise de conteúdo. Cada uma dessas etapas apresenta grande flexibilidade e capacidade de adaptação a diferentes objetos de estudo. O que significa dizer que, ainda que apresente um conjunto de orientações e procedimentos de base, a análise de conteúdo não impõe um receituário padrão generalizável, tampouco promove o engessamento das pesquisas que dela se utilizam.

Em consonância com Triviños (1987), a pré-análise pode ser definida como o momento de organização do material sobre o qual se realizará a análise. É nessa etapa que se delimita o *corpus* da pesquisa, isto é, o conjunto de materiais que serão que tomados em consideração nas etapas seguintes. Ademais, na pré-análise ocorre também a elaboração de indicadores segundo os quais se dará a decomposição do texto em unidades. A formulação dos indicadores se dá em conformidade com os objetivos estabelecidos para a pesquisa, os índices devem guardar proximidade com os propósitos do estudo, de forma que a organização do *corpus* em unidades permita a contemplação dos objetivos previamente propostos.

Já a codificação, corresponde ao tratamento do material por meio da organização das unidades de registro segundo determinados índices. Esses índices exprimem-se em medições frequenciais de caráter numérico, no caso de uma abordagem primordialmente quantitativa. Em caso de estudos de direcionamento eminentemente qualitativo, a apreciação busca atentar para índices como a presença ou ausência de determinados elementos; a associação de valores positivos, negativos ou neutros às unidades de registro; a verificação da ordem em que essas unidades são referidas ou da sua coocorrência, quer dizer, a observação da aparição de elementos segundo as modalidades de associação, equivalência ou oposição. A análise dos

resultados, por fim, consiste na etapa de interpretação do material sob o respaldo do referencial teórico que ampara a pesquisa e com vistas à contemplação dos objetivos do estudo.

Seguindo essas orientações, uma vez transcritas as entrevistas, as unidades de registro serão agrupadas em categorias (**diversificação produtiva, autoconsumo, produção agroecológica e multifuncionalidade**). Cabe ressaltar, que outras categorias emergentes poderão ser identificadas a partir do conteúdo das entrevistas, sendo assim, serão incorporadas na interpretação dos resultados.

As categorias foram definidas levando em consideração os objetivos da pesquisa e também as concepções segundo as quais os conceitos e definições que permeiam esses objetivos são compreendidos. Após a categorização se dará a codificação das unidades de registro nesse momento já aglutinadas, por meio da aplicação de índices de codificação diferenciados, de acordo com o aspecto central evidenciado pelos entrevistados em cada categoria. Possivelmente, nem todas as categorias poderão ser analisadas através do emprego de um índice, pois em algumas delas é presumível que não seja possível encontrar um nexo estruturador das posições dos entrevistados segundo um determinado indicador. Nesses casos, as categorias serão analisadas a partir da exploração do conteúdo semântico da exposição oral dos entrevistados.

Os índices de codificação a ser aplicados objetivam a análise comparativa do sentido com que os termos serão mencionados ou não pelos entrevistados (índice Presença/Ausência); o dimensionamento dos impactos de um determinado processo (índice Direção); o caráter prioritário ou secundário da intervenção de uma série de fatores na dinâmica de uma dada categoria (critério de prioridade do índice Ordem) ou a lógica com que elementos constituintes de uma categoria são encadeados (índice Ordem analisado a partir do critério relacional de consequência). Já a utilização do índice de codificação coocorrência irá tratar do vínculo estabelecido entre duas categorias ou entre processos compreendidos dentro de uma categoria (critério de associação) ou, ainda, para tratar da divergência expressa existente entre dois grupos de entrevistados no que tange à forma de compreensão de uma categoria (critério de oposição).

A pesquisa de campo contempla, ainda, um inventário fotográfico e a produção de vídeos sobre o rural na escala local. Considera-se que os registros visuais e audiovisuais mostram-se necessários para a constituição de um banco de dados documentais, fotográficos e



audiovisuais durante a fase de desenvolvimento da pesquisa para o seu emprego durante a fase posterior, de elaboração dos produtos finais do estudo.

Ao longo da pesquisa será analisado o processo histórico de formação do espaço rural com base em levantamento bibliográfico específico sobre a formação social e econômica do estado do Rio Grande do Sul e, especificamente, dos municípios em questão, localizados nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES (FEE, 2011). Além da interpretação textual dos resultados, estes serão representados por meio de tabelas, gráficos, diagramas, mapas, entre outros.

### **Principais contribuições científicas, tecnológicas ou de inovação da proposta**

No que concerne à contribuição científica, esta proposta pensa de modo articulado a agricultura familiar e as políticas públicas, tomando os sistemas agrários como abordagem para apreender a organização espacial na perspectiva do desenvolvimento rural. Referente aos temas relacionados a esta proposta planeja-se que a partir desta atividade seja alcançada a seguinte produção científica:

- Elaboração de Diagnósticos de sistemas agrários como subsídios para os Conselhos Regionais de Desenvolvimento; Orientação de dissertações de mestrado;
- Orientação de trabalhos de conclusão de curso de graduação;
- Orientação de bolsistas de Iniciação Científica; Apresentação de trabalhos em congressos científicos;
- Publicação de artigos em periódicos científicos;
- Organização de uma coletânea na qual os resultados sejam apresentados para divulgação da pesquisa;
- Elaboração de material informativo sobre os resultados da pesquisa no formato de cartilhas, banners, etc;
- Organização de eventos para divulgação e discussão dos resultados.

### Orcamento detalhado: Custeio + Capital

Num.	Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Total (R\$)
<b>CUSTEIO</b>				
1	Material Bibliográfico	50	50,00	2.500,00
2	Impressões e Xerox	6.000	0,15	900,00
3	Passagens e diárias	30	320,00	9.600,00
4	Toner Preto Impressora HP LaserJet P1005	4	359,90	1439,60
5	Cartucho Preto HP PSC 1350	8	95,90	767,20
6	Cartucho Colorido HP PSC 1350	4	139,00	566,00
<b>TOTAL CUSTEIO</b>				<b>15.772,80</b>
<b>CAPITAL</b>				
1	GPS Garmin Etrex10	5	704,90	3.524,50
2	Filmadora Sony Action Cam HDR-AS20	1	1,164,94	1.164,94
3	Cartão de Memória SanDisk 64GB Ultra	1	139,90	139,90
4	Projektor BenQ MX525B XGA (1024 X 768) HDMI 3200 Lumens	1	2.299,00	2.299,00
5	HD EXTERNO SAMSUNG 500GB HX-MU050DA	2	229,90	459,80
6	Mini Gravador Digital de Voz Sony ICD - PX440 - 4GB	5	308,99	1.544,95
7	Notebook Dell Inspiron 14 Série 5000 Special Edition	3	2.899,00	8.697,00
8	Carregador Multilaser CB054 para 4 Pilhas AA/AAA	3	58,78	176,34
9	Caixa de Som Speaker 2.0 Sp-206 Bw Usb - C3 Tech	2	39,90	79,80
10	Tripé em alumínio com ajuste de altura até 134 cm - TRAVLRV - Davis & Sanford	1	133,0	133,00
<b>TOTAL CAPITAL</b>				<b>18.219,23</b>
<b>TOTAL: CUSTEIO + CAPITAL</b>				<b>33.992,03</b>

### Cronograma de atividades:

Em linhas gerais, estão previstos quatro momentos para execução do projeto, a saber:

- O primeiro tratará das questões conceituais sobre as seguintes temáticas, **agricultura familiar, sistemas agrários, políticas públicas e desenvolvimento rural**, propondo discutir e aprofundar o entendimento do referencial teórico-metodológico adotado. Para tanto, será utilizado um conjunto de fontes (livros, artigos, teses, dissertações,

relatórios de pesquisa) como referencial bibliográfico; Além disso, para permitir o nivelamento da equipe de pesquisa serão realizadas oficinas e cursos envolvendo uso de SIG (Sistema de Informações Geográficas), GPS (Global Positioning System), gravações de vídeos, registros fotográficos, etc. Esta etapa será realizada por meio de grupo de estudos orientado pelos professores membros do projeto e de cursos de curta duração sobre técnicas de pesquisa a ser ministrados por integrantes da equipe de pesquisa;

- O segundo momento tratará da **confecção do material cartográfico**, com o levantamento da cartografia básica das áreas de estudo através dos seguintes itens: cartas topográficas, mapas analógicos e digitais, dados de radar e imagens de satélite compatíveis com a escala de trabalho. Para o desenvolvimento das bases cartográficas será utilizado o SIG TERRAVIEW, que tem, dentre suas principais capacidades, o gerenciamento de dados, o processamento de imagens, a produção de gráficos, modelagem espacial e visualização dos mais variados tipos de dados. Ainda, a realização de pesquisa de campo para levantamento de dados e informações primárias, utilizando recursos como: gravador digital, máquina fotográfica, filmadora digital, GPS. Também ocorrerá a sistematização, análise e interpretação dos resultados da pesquisa;
- No terceiro momento serão organizados, sistematizados e interpretados os resultados da pesquisa de campo, aliado a análise dos mapas físicos, a fim de elaborar o relatório final do projeto. Prevê-se, ainda, a realização de Seminários (nos municípios pesquisados) para restituição dos resultados obtidos junto aos envolvidos no processo de pesquisa e para avaliação da continuidade do processo de construção do Diagnóstico. Também a publicação dos primeiros resultados da pesquisa;
- No quarto momento, será elaborado o relatório final da pesquisa. Paralelamente, será organizado evento acadêmico para divulgação dos resultados e publicação/ lançamento de coletânea em formato de livro.

#### **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:**

<b>ETAPAS</b>	<b>AÇÕES PREVISTAS</b>
<b>Atividades Introdutórias e de</b>	- Levantamento bibliográfico e documental preliminar com a e organização de acervo de livros e material cartográfico; - Formação do grupo de estudos sobre os pressupostos teórico-

<p><b>Formação da Equipe</b></p> <p><b>Período: 1º ao 12º mês</b></p>	<p>metodológicos;</p> <p>-Oficina de SIG e GPS;</p> <p>- Oficina de fotografia, para capacitação da equipe de pesquisa;</p> <p>- Oficina de vídeo, para capacitação da equipe de pesquisa;</p> <p>- Curso sobre técnicas de pesquisa (análise de conteúdo), para capacitação da equipe de pesquisa;</p> <p>- Identificação dos contatos – informantes qualificados;</p> <p>- Planejamento do trabalho de campo.</p> <p>Valor Estimado para custeio e capital: R\$ 16.335,68</p>
<p><b>Atividades de Campo e Organização de Registros Visuais e Audiovisuais</b></p> <p><b>Período: do 12º ao 24º mês</b></p>	<p>- Construção de material cartográfico;</p> <p>- Realização de saídas de campo exploratórias;</p> <p>- Pesquisa de campo: realização das entrevistas;</p> <p>- Realização de registros visuais e audiovisuais;</p> <p>- Transcrição das entrevistas;</p> <p>- Aprofundamento da pesquisa documental e bibliográfica;</p> <p>- Realização de Relatório Parcial.</p> <p>Valor Estimado para custeio e capital: R\$ 9.183,55</p>
<p><b>Sistematização, Interpretação e Divulgação dos Resultados</b></p> <p><b>Período: 24º ao 30º mês</b></p>	<p>- Sistematização e interpretação dos dados e informações primárias obtidas no trabalho de campo;</p> <p>- Realização de Seminários (nos municípios pesquisados) para restituição dos resultados obtidos junto aos envolvidos no processo de pesquisa e avaliação da continuidade do processo de construção do Diagnóstico de Sistemas Agrários (DSA).</p> <p>- Acompanhamento da realização de publicação em periódicos científicos e anais de eventos acadêmicos;</p> <p>Valor Estimado para custeio: R\$ 6.698,80</p>
<p><b>Organização de Evento e Publicação de Coletânea</b></p> <p><b>Período: 30º ao 36º mês</b></p>	<p>- Realização de Relatório Final;</p> <p>- Organização de evento acadêmico para apresentação dos resultados da pesquisa;</p> <p>- Divulgação dos Resultados da pesquisa por meio de publicação de coletânea em formato de livro;</p> <p>Valor Estimado para custeio: R\$ 1.774,00</p>

**Identificação de todos os participantes do projeto:**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giancarla Salamoni – Departamento de Geografia-UFPEL

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Regina Caetano Costa – Departamento de Geografia-UFPEL

Mestre Maiara Tavares Sodré – ICHI-FURG

Doutoranda Juliana Cristina Franz – PPGGeo-UFSM

Doutoranda Sibeli Fernandes – PPGGeo-UNESP

Mestranda Gabriela Rodrigues Gois – PGDR-UFRGS

Graduanda Queli Rejane da Silva Konzgen – Geografia-UFPel

Como consultora dessa equipe no processo de pesquisa, conta-se com a interlocução privilegiada da pesquisadora de reconhecida produção na temática deste projeto, a professora doutora **Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira**, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – *campus* Rio Claro/SP.

Cabe ainda explicitar que esta proposta se insere em um processo de constituição de uma equipe que apresenta como características a interdisciplinaridade e a presença de membros em diferentes estágios de formação acadêmica.

### **Grau de interesse e comprometimento de Empresas com o escopo da proposta**

A proposta não envolve empresas em sua execução.

### **Indicação de colaborações ou parecerias já estabelecidas com outros centros de pesquisa na área**

A proposta converge para a parceria estabelecida com grupos de pesquisa registrados nos diretórios dos Grupos do CNPq e sediados em Universidades públicas, NEA/UNESP – Rio Claro/SP; LEAA/UFPEL – Pelotas/RS; NEPGER/UNIMONTES – Montes Claros/MG e GERES/UNIFAL – Alfenas/MG, os quais constituem uma rede de pesquisa denominada **Rede de Estudos Agrários (REA)** que se ancora em temas comuns e norteadores como multifuncionalidade, estratégias de reprodução social e territorial, políticas públicas, desenvolvimento rural, autoconsumo e mercantilização, tendo como objeto a agricultura familiar e como categoria de análise a paisagem rural. A equipe é formada por professores-pesquisadores e alunos de pós-graduação e graduação em diferentes estágios de formação acadêmica. As iniciativas de pesquisa desse grupo, voltadas à temática da agricultura familiar, iniciaram em 2010 e, atualmente, conformam um projeto interinstitucional denominado **MULTIFUNCIONALIDADE NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PELA AGRICULTURA FAMILIAR: abordagens comparativas nos estados de MG, RS e SP**, cujos resultados estão sistematizados nos seguintes livros: *Estudos Agrários: a complexidade do rural contemporâneo*, publicado em de 2011, pela Editora UNESP/Cultura Acadêmica; *Agriculturas Familiares: estratégias de reprodução social e territorial*, publicado em 2014, pela Editora UFPel; e *Estudos Agrários: o desenvolvimento de pesquisas no rural*, publicado em 2015, pela Editora UNIMONTES.

Cabe ainda explicitar que esta proposta também se insere em um processo de consolidação da agenda de pesquisa articulada pelo Grupo de Pesquisa/CNPq "**Território, desenvolvimento e agricultura**", liderado pelos Prof. Dr. Julio Cesar Suzuki (USP/SP) e Prof. Dr. Glaucio José Marafon (UERJ/RJ). Este coletivo acadêmico realiza encontros bianuais de discussão das análises socioespaciais em curso, coordenadas por seus pesquisadores, bem como publica, em vários meios, os resultados de suas pesquisas, sobretudo em periódicos nacionais e internacionais de maior relevância acadêmica na área e em eventos científicos.

Atualmente, o Grupo de Pesquisa "Território, desenvolvimento e agricultura" elabora uma pesquisa, envolvendo todos os seus pesquisadores, de análise da dinâmica socioespacial do campo brasileiro, tendo como área inicial o Centro-Sul do país. Vale ressaltar que seus pesquisadores estão envolvidos em cursos de graduação e em programas de pós-graduação *stricto sensu*, permitindo a continuidade na formação de quadros intelectuais no Brasil. Assim, as repercussões do grupo se expandem para além das publicações e dos eventos que organiza ou de que seus pesquisadores e alunos participam, chegando ao objetivo de contribuir com a formação de quadros de pesquisadores do país. Vale ressaltar que o grupo, ainda, se sustenta na diversidade teórico-metodológica, como fundamento do respeito à diferença de leituras sobre a dinâmica do espaço agrário brasileiro, bem como às diferentes formas de intervenção nesta dinâmica.

### **Disponibilidade de infraestrutura e de apoio técnico para desenvolvimento do projeto**

A equipe articula-se no âmbito do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. No que se refere especificamente à capacidade técnica da equipe de pesquisa, a **coordenadora** desta proposta apresenta uma trajetória de atuação em ensino, pesquisa e formação de jovens pesquisadores que há mais de uma década vem confluindo na temática e abordagem que compõem este projeto. Essa experiência tem se expressado, nos últimos anos, nas iniciativas do Grupo de Estudos Agrários e Ambientais, no Programa de Pós-Graduação em Geografia e no Curso de Geografia (Licenciatura e Bacharelado) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Rio Grande (FURG) como colaboradora e no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) como professora visitante. As iniciativas de pesquisa do grupo, nas quais a temática da agricultura familiar e o rural se conectam, realizaram-se, inicialmente – entre 2010 e 2016 – a partir das atividades do projeto intitulado

**“ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E TERRITORIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO RS: estudos na escala local e regional.”**

A infraestrutura está representada pelo espaço físico do **Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA)**, localizado no Instituto de Ciências Humanas/UFPel (sala 118), o qual conta com três (03) computadores desktops; um (01) notebook; uma (01) impressora multifuncional e uma (01) jato de tinta; um (01) projetor; uma (01) mesa para reuniões; três (03) escrivaninhas individuais; um (01) armário e duas (02) estantes. Além disso, esse espaço abriga uma biblioteca setorial e uma mapoteca. Ver mais no endereço eletrônico <http://wp.ufpel.edu.br/leaa/>.

**Estimativa de recursos financeiros de outras fontes:**

A contrapartida oferecida pela Universidade Federal de Pelotas pode ser resumida no seguinte:

1. Instalações físicas, mobiliário, energia elétrica, telefone, acesso à internet;
2. Mapas, cartas topográficas e imagens de satélite;
3. Materiais de consumo em geral.

**Referências Bibliográficas:**

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BECKER, Cláudio; SACCO DOS ANJOS, Flávio. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar em municípios do Sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2010.

BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 5, p. 595-607, set./out. 2009.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas**. 2. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1975.

BÜTTENBENDER, Pedro; Luís; SIEDENBERG, Dieter Rugard; ALLEBRANDT, Sérgio Luís. Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) RS: articulações regionais, referenciais estratégicos e considerações críticas. **Revista Desenvolvimento Regional em Debate**, Mafra, ano 1, n. 1, p. 82-106, 2011.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sergio (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Análise de sistemas em Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1979.

DINIZ, José A.F. **Geografia da agricultura**. São Paulo: Difel, 1984.

DUFUMIER, Marc. **Projeto de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas**. Salvador: EDUFBA, 2007.

FERNANDES, Sibeli; SALAMONI, Giancarla. Proposta metodológica para análise de sistemas agrários aplicada na elaboração de diagnósticos socioambientais. In: SIMPÓSIO NACIONAL O RURAL E O URBANO, 2011, 3., Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2011. p.1-15.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira; FERREIRA, Éneas Rente; MAIA, Adriano Corrêa. (Orgs.). **Estudos Agrários: a complexidade do rural contemporâneo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

FONSECA; Ana Ivânia Alves; SILVA; Cássio Alexandre da; COSTA, Silviane Gasparino. (Orgs.). **Estudos agrários: o desenvolvimento de pesquisas no rural**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2015.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Coredes**. Porto Alegre: FEE, 2010.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: IE/UNICAMP, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz et al. (Orgs.). **A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. p. 19-36

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MIGUEL, Lovois de Andrade, MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. Abordagem sistêmica e sistemas agrários. In: MIGUEL, Lovois de Andrade (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 11-38.

QUEIROGA, Joel Leandro de. **Origens, evolução histórica e situação atual dos sistemas agrários de comunidades de agricultores familiares da região metropolitana de Curitiba**.



2006. 242f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

QUEIROGA, Joel Leandro de. Sistemas agrários: expressão das estratégias de reprodução da agricultura familiar na diversidade da região metropolitana de Curitiba. In: FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio; CORONA, Hieda Maria Pagliosa (Orgs.). **Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas ambientais na agricultura familiar**. Curitiba: Ed. UFPR, 2012. p. 53-107.

SALAMONI, Giancarla; COSTA, Adão José Vital da (Orgs.). **Agriculturas familiares: estratégias de reprodução social e territorial**. Pelotas: Ed. UFPel, 2014.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organ. rurais agroind.**, Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SILVA NETO, Benedito; BASSO, David. **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: uma análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Pesquisa qualitativa. In: TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 116-173.

VENTURI, Luis Antonio Bittar. A técnica e a observação na pesquisa. In: VENTURI, Luis Antonio Bittar (Org.). **Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula**. São Paulo: Editora Sarandi, 2011. p.11-28.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O agricultor familiar no Brasil: um ator social na construção do futuro. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 33-45.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

## **PLANO DE ATIVIDADES DOS BOLSISTAS**

### **01 Bolsista de Iniciação Científica - IC**

- Participação no grupo de estudos do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA/UFPel;
- Realização de levantamento bibliográfico referente aos pressupostos teórico-metodológicos a serem utilizados no desenvolvimento do Projeto de Pesquisa;
- Realização do levantamento de informações em fontes secundárias, como os Anuários Estatísticos da Fundação de Economia e Estatística (FEE); Censos Agropecuários e Demográficos (IBGE); Bancos de Dados e outras fontes de dados socioeconômicos sobre a área pesquisada;
- Identificação dos contatos *in loco* para a pesquisa de campo;
- Participação na elaboração do instrumento de pesquisa de campo, com base nos pressupostos teóricos-metodológicos de Diniz (1984);
- Aplicação de pré-teste das entrevistas com os agricultores familiares;
- Discussão dos resultados preliminares, possibilitando um balizamento na interpretação da realidade e colaboração na redação do relatório parcial de atividades;
- Construção de material cartográfico a partir do uso de SIG;
- Participação na pesquisa de campo para realização das entrevistas, visando levantamento de dados e informações de caráter primário;
- Transcrição das entrevistas e sistematização dos resultados;
- Tabulação dos dados e análise dos resultados à luz dos pressupostos teórico-metodológicos adotados pela investigação;
- Participação na organização de seminários e na coletânea para apresentação dos resultados da pesquisa à comunidade acadêmica;
- Participação na elaboração de material informativo sobre os resultados das pesquisas;

### **01 Bolsista de Apoio Técnico – NS**

- Participar do grupo de estudos do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais-LEAA/UFPel;
- Ministrando curso de curta duração sobre técnicas de pesquisa – análise de conteúdo;
- Ministrando curso sobre uso de SIG e GPS;

- Ministrar curso de vídeo e fotografia;
- Participar na pesquisa de campo para realização das entrevistas, visando levantamento de dados e informações de caráter primário;
- Colaborar com a etapa de transcrição das entrevistas;
- Elaborar projeto gráfico e de execução de conjunto de banners, mini banners e cartilhas informativas;
- Elaborar projeto gráfico e diagramação para organização de “boneco” de publicação/coletânea;
- Participar da organização de seminários para divulgação dos resultados da pesquisa.